

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

				(Em milhares de reais)			
	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
Ativo		1.315	4.420	Passivo		2.149	48
Circulante		598	4.418	Circulante		2.000	48
Caixa e equivalentes de caixa	5	47	2	Empréstimos e financiamentos	7	83	24
Tributos e contribuições a compensar		4	–	Fornecedores		21	–
Mútuos	9	700	–	Salários, férias e encargos sociais		35	3
Não circulante		12.683	525	Impostos e contribuições sociais a recolher		–	4.374
Imobilizado	6	12.683	525	Não circulante		–	4.374
				Adiantamento para futuro aumento de capital	9	–	4.374
				Patrimônio líquido		11.849	523
				Capital social	8	11.970	590
				Prejuízo acumulado		(121)	(67)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		13.998	4.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

					(Em milhares de reais)			
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2012		110	(33)	77				
Aumento de capital conforme 4ª RCA de 31/01/2013 e 10ª RCA de 22/10/2013	8	480	–	480				
Prejuízo do exercício		–	(34)	(34)				
Saldo em 31 de dezembro de 2013		590	(67)	523				
Aumento de capital conforme 13ª RCA de 07/02/2014	8	–	–	–				
Prejuízo do exercício		11.380	(54)	11.326				
Saldo em 31 de dezembro de 2014		11.970	(121)	11.849				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2014 e 2013

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos X S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 435 de 19 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Horizonte, constituída de nove Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 14.400 kW de capacidade instalada e 7.300 kW médios de geração física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. A Companhia é controlada diretamente pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), e por Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), na proporção de 51% e 49%, respectivamente. Alupar e Furnas, por meio de Termo de Compromisso, estabeleceram as bases e condições a serem observadas para participação conjunta, no qual foram definidos os critérios para a condução de todas as atividades, direta ou indiretamente necessárias à construção, operação, manutenção e exploração comercial da referida central e seu sistema de transmissão associado. Estes critérios foram detalhados posteriormente, através da celebração do Acordo de Acionistas entre as partes, no qual definiu os direitos de voto para a Assembleia Geral e Conselho de Administração. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, de acordo com a Portaria 435 de 19 de julho de 2012, a previsão para início de suas operações comerciais dar-se-á da seguinte maneira, para cada uma das nove unidades geradoras: • 1ª unidade geradora em 22 de abril de 2014; • 2ª unidade geradora em 07 de maio de 2014; • 3ª unidade geradora em 22 de maio de 2014; • 4ª unidade geradora em 06 de junho de 2014; • 5ª unidade geradora em 21 de junho de 2014; • 6ª unidade geradora em 06 de julho de 2014; • 7ª unidade geradora em 21 de julho de 2014; • 8ª unidade geradora em 05 de agosto de 2014; • 9ª unidade geradora em 20 de agosto de 2014. Em virtude da mudança do modelo e arranjo dos aerogeradores da Central Geradora Eólica, foi necessário solicitar alteração de características técnicas junto à ANEEL. Desta forma, em 09 de janeiro de 2015, a Energia dos Ventos X S.A. protocolou tal solicitação na agência sob nº 48513.000137/2015-00, cujo processo está atualmente em tramitação. Uma das principais alterações na solicitação protocolada foi o número de Unidades Geradoras, que passou de 09 para 08. As novas datas solicitadas para início da operação comercial dar-se-á da forma a seguir: • 1ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 2ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 3ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 4ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 5ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 6ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 7ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 8ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016. Outra importante mudança relacionada à Central Eólica Ventos de Horizonte foi a potência das Unidades Geradoras, que passou de 1.600 kW para 2.100 kW, alterando a capacidade total instalada de 14.400 kW para 16.800 kW. Por meio do processo de SPU 11509220-0 a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE emitiu, em 20 de outubro de 2011, a Licença Prévia-LP nº 236/2011-DICOP-GECON, referente ao projeto da EOL Ventos de Horizonte. Essa licença, definia como uma de suas condicionantes, que caso o empreendimento fosse contemplado no leilão, o empreendedor deveria elaborar um Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA para prosseguimento do processo de licenciamento. Atendendo a essa condicionante e a legislação ambiental vigente, a Companhia deu sequência ao licenciamento do empreendimento na SEMACE através da SPU 7989940/2013, elaborando o EIA/RIMA e submetendo-o à avaliação dos órgãos competentes e demais partes interessadas. Em setembro de 2014 o empreendimento teve sua viabilidade ambiental atestada através da emissão da Licença Prévia nº 303/2014-DICOP-GECON. A Companhia já solicitou a Licença de Instalação e cumprirá todas as condicionantes para sua emissão, estando apenas aguardando a assinatura do Superintendente da SEMACE. Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização de produção concedida pela ANEEL, foram devidamente cumpridas ou quando não cumpridas, devidamente informadas àquela Agência, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula dos contratos de autorização. A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão de suas unidades produtoras de energia, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser remuneradas pelas receitas de operações futuras. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraídas do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia opera exclusivamente no segmento de geração de energia elétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 11 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: (a) Reconhecimento inicial: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, incluindo os investimentos de curto prazo, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **(b) Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros é realizada de acordo com o seguinte critério: • Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e

responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto prejuízo líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Despesas operacionais		(52)	(34)
Gerais e administrativas	10	(52)	(34)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		(52)	(34)
Despesas financeiras		(2)	–
		(2)	–
Prejuízo do exercício		(54)	(34)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$		(0,01343)	(0,10233)
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		11.970	590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Prejuízo do exercício		(54)	(34)
Outros resultados abrangentes		–	–
Total do resultado abrangente do exercício		(54)	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

4. PRONUNCIAMENTOS DO CPC QUE ENTRARAM EM VIGOR EM 2014

Em 1º de janeiro de 2014 entraram em vigor e foram adotados pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29. A sua adoção segue as suas datas de vigência no próximo exercício ou que sejam publicadas e homologadas pelo CPC/CFC.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	% do CDI	2014	2013
Caixa e bancos		–	2
Aplicações financeiras (CDB)	93	568	4.416
		568	4.418

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, normalmente, quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. A Companhia tem como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. IMOBILIZADO

Imobilização em curso: As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos a serem incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico. Conforme descrito na Nota 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial plena de suas oito unidades em 01 de janeiro de 2016. A construção do parque eólico será financiada por capital próprio e por empréstimos e financiamentos. A composição do ativo imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2013	2014			
	Saldo	Adições	Transfe-rências	Baixa	Saldo
Móveis e utensílios	–	11	–	–	11
Máquinas e equipamentos	10	219	–	–	228
Software	5	2	–	–	7
Sistema de conexão de transmissão	16	91	–	–	107
Adiantamento a fornecedores	3	10.244	–	–	10.246
A ratear	492	1.591	–	–	2.083
	525	12.158	–	–	12.683

7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	2014	2013
Banco BTG Pactual	CDI + 2,0% ao ano	18/02/2015	2.000	–
Total em moeda nacional			2.000	–

Em 18 de novembro de 2014, a Energia dos Ventos X assinou contrato de empréstimo com o Banco BTG Pactual no montante de R\$ 2.000, com vencimento em 18 de dezembro de 2014. O contrato teve seu vencimento prorrogado para 18 de fevereiro de 2015. O valor corresponde a parte do investimento total, que inclui construção civil do parque eólico e mão de obra administrativa. O contrato não estabelece indicadores financeiros (covenants). Em 06 de março de 2015, a Energia dos Ventos X liquidou o empréstimo com o Banco BTG Pactual. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 31/12/2013	–
Adições	2.000
Pagamentos (principal e juros)	(22)
Juros e variações monetárias e cambiais	22
Saldos em 31/12/2014	2.000

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é no valor total de R\$ 58.244. O capital social está representado por 11.970.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (hum real). A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2014		2013			
Acionistas	Ordinárias	R\$ mil	Ordinárias	R\$ mil		
Alupar Investimento S.A.	6.103.503	6.104	50,99	300.841	301	50,99
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.865.300	5.865	49,00	289.100	289	49,00
Central Eólica Horizonte Ltda.	–	–	–	–	–	–
	1.197	1	0,01	59	–	0,01
	11.970.000	11.970	100	590.000	590	100

Em assembleia geral de constituição da Companhia realizada em 07 de março de 2012, foi aprovado a subscrição e integralização do capital social no montante de R\$ 10, mediante a emissão de 10.000 ações ao preço unitário de R\$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2012, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 100, mediante a emissão de 100.000 novas ações ao preço unitário de R\$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2013, foi aprovado aumento de capital social no montante

Operação	Posição em Índicevar 31/12/2014	Cenário Provável	Projeção Receitas Financeiras - Um ano				
			Com apreciação da taxa	Com depreciação da taxa			
Ativos e Passivos Financeiros			(+50%)	(+25%)	(-25%)	(-50%)	
CDB	CDI	10,25%	15,38%	12,81%	7,69%	5,13%	
Aplicações financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)			58	87	73	44	29
			58	87	73	44	29

12.5 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Considerando que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, o principal fator de risco que afeta o negócio da Companhia pode ser assim descrito: **12.5.1 Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **12.5.2 Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros. **12.5.3 Risco da escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, turbulências e outras turbulências.

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-educação, plano de previdência privada que por sua vez oferece planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo tes e comissionamento relativo à obra de construção do parque eólico.

14. COMPROMISSOS

Em 02 de dezembro de 2013, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$ 55.494, referente a fornecimento, supervisão de montagem, montagem e comissionamento de aerogeradores e outras avenças com a WEG Equipamentos Elétricos S.A. Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$ 7.573, referente à implantação do parque eólico, em regime de empreitada total, abrangendo a execução das obras, levantamentos topográficos, execução do sistema viário de acesso, plataformas de montagem e fundações dos aerogeradores com a S5&B Construtora Ltda. A expectativa de investimentos a serem efetuados na construção, operação, manutenção e exploração comercial de sua central de geração de energia elétrica e seu sistema de transmissão associado, é no montante de R\$ 68.152.

Contador: Leandro Sabadim Ribeiro CRC SP-25785/O-4

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(54)	(34)
Prejuízo do exercício		(54)	(34)
Aumento de ativos		–	–
Tributos e contribuições a compensar		(45)	(2)
Mútuos		(700)	–
Outros ativos		–	–
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(799)	(34)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		(12.057)	(376)
Adição de Ativo Imobilizado		(12.057)	(376)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		7.006	480
Integralização de capital		7.006	480
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–
Empréstimos tomados	7	2.000	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		7.006	4674
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(3.850)	4.264
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		568	4.418
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.418	154
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(3.850)	4.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

de R\$ 180, mediante a emissão de 180.000 novas ações ao preço unitário de R\$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de outubro de 2013, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 300, mediante a emissão de 300.000 novas ações ao preço unitário de R\$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2014, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 11.380, mediante a emissão de 11.380.000 novas ações ao preço unitário de R\$ 1,00 (hum real) por ação ordinária. Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de emissão da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) na BM&F Bovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 (“Leilão Aracati”), no qual a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) sagrou-se vencedora e adquiriu a totalidade das supracitadas ações. As formalidades para a transferência das ações se encontram em fase de execução. Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) e Alupar celebraram o “Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças”, no qual Furnas se obrigou a comprar e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações de sua última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. As respectivas autorizações e formalidades para a transferência das ações se encontram em fase de execução”.

9. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Alupar e Furnas. A Companhia é uma sociedade por ações, e tem por objeto implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos em aberto entre partes relacionadas, é como segue:

Natureza da operação
